



---

AO (À) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO  
SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL -  
MDR

---

**PREGÃO ELETRÔNICO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP)**

**EDITAL N.º 06/2022**

---

**FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA (FORD)**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ sob nº. 03.470.727/0004-73, sediada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1336, Térreo, Vila Olímpia, CEP 04548-004, São Paulo-SP - email [dmassini@ford.com](mailto:dmassini@ford.com), por seu representante legal que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

de **PREGÃO ELETRÔNICO** em epígrafe, com sustentação no Art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019<sup>1</sup> c/c os ditames da Cláusula 5.1<sup>2</sup> do instrumento convocatório (edital) e pelos fundamentos a seguir demonstrados nesta petição.

---

<sup>1</sup> Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

<sup>2</sup> 5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Até 3 (três) dias úteis, antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica, nos termos do Art. 24 do Decreto 10.024/2019, devendo ser observado ainda:.

## 1. DA TEMPESTIVIDADE DA PETIÇÃO

1.1. Prefacialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, visto que a sessão pública está prevista para ocorrer as 10h00m do dia 01/09/2022, tendo sido respeitado tanto o prazo de 03 (três) dias úteis previsto no edital e leis de regência.

1.2. Destaca-se que não há distinção na regra de contagem de prazos para frente com relação à contagem regressiva na lei de licitações, nem no Código Civil, cuja regra é idêntica à adotada nos certames licitatórios. Assim é o teor do Art. 132 da Lei 10.406/2002<sup>3</sup> (Código Civil).

1.3. Portanto, Independentemente da contagem dos prazos ser para frente ou para trás, exclui-se o primeiro, que é dia do evento, publicação ou ato de origem da contagem e inclui-se o último que é o dia em que pode ser executado o objeto da contagem do prazo.

1.4. Assim, pela regra estabelecida no artigo 110 da Lei 8.666/1993, o termo inicial é a data da abertura da Sessão, ou seja, *in casu*, no dia 01/09/2022. Este dia não deve ser computado, pois é o dia do início, assim como os feriados, sábados e domingos. Assim, o Primeiro dia útil é 31/09; o Segundo dia útil é 30/09; e o Terceiro dia útil é 29/09.

1.5. Nesse sentido define a Doutrina:

*(...) se o parágrafo segundo do artigo 41 da Lei nº 8666/93 determina de modo expresso que o licitante deve protocolar sua impugnação ATÉ o segundo dia útil que anteceder a abertura do certame, isso significa que o documento pode ser apresentado inclusive durante o transcorrer do segundo dia útil anterior ao início da licitação. A utilização do termo “até” nos comandos normativos em referência traz, evidentemente, o entendimento de que no segundo dia anterior à abertura do certame ainda se mostra possível apresentar o pedido de impugnação ao edital eventualmente contestado. (...)*

*O Tribunal de Contas da União já acolheu tal entendimento. No Acórdão nº. 1/2007 (processo TC 014.506/2006-2) o TCU entendeu ser tempestiva uma impugnação apresentada em 22/11/2005 (terça-feira) em face de um pregão que teria abertura em 24/11/2005 (quinta-feira). Do mesmo modo, através do Acórdão nº. 382/2003 (processo TC 016.538/2002-2) entendeu ser tempestiva uma impugnação apresentada em 27/9/2002 (sexta-feira) em face de uma licitação que ocorreria em 1/10/2002 (terça-feira). Ricardo Silva das Neves. Publicado em 05/2010 no JUS NAVIGANDI (<https://jus.com.br/949092-ricardo-silva-das-neves/publicacoes>)*

1.6. Dessarte, demonstrada cabalmente a tempestividade da presente impugnação, passamos a expor e fundamentar os fatos que conduzem à necessidade de alteração dos termos do edital.

<sup>3</sup> Art. 132. Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento.

(...)

§ 1º Se o dia do vencimento cair em feriado, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.

## 2. DA MOTIVAÇÃO DA IMPUGNAÇÃO

2.1. A **FORD**, empresa com excelente tradição de mais de cem anos no mercado automotivo mundial e interessada no objeto do edital em referência, nesta oportunidade apresenta fatos que entende serem pertinentes para conduzir a adequação do instrumento convocatório em apreço.

2.2. Isso, pois, após detida análise dos termos do edital e respectivos anexos, a **FORD** verificou a existência de certas exigências que frustam o caráter competitivo do certame, impondo condições mínimas que desfavorecem a participação ampla de licitantes que, destaca-se, possuem total condição de atendimento do objeto pretendido sem quaisquer prejuízos a esse r. órgão.

2.3. Com efeito, se propõem que o(a) Senhor(a) Pregoeiro(a), agindo nos interesses da Administração Pública, avalie os fatos que ora se apresentam e, após a realização do juízo de conveniência e oportunidade que é inerente dos atos discricionários da Administração, ajuste, se assim entender ser suscetível, as exigências constantes no edital aos ditames e princípios gerais das Leis - em especial aos do Estatuto Licitatório (Lei Federal nº 8.666/93) - e da Constituição Federal.

2.4. A supracitada proposta de alteração editalícia tem como enfoque principal sanar as eventuais irregularidades/vícios que podem contaminar o instrumento convocatório e restringir a competitividade do certame e, por conseguinte, propiciar a ampliação da gama de potenciais fornecedores.

## 3. DAS CLÁUSULAS RESTRITIVAS

3.1. Reputa-se como restritiva o item b3) da Cláusula 10.1.2 que trata das regras para habilitação financeira dos licitantes nos seguintes termos:

b3) Licitantes que apresentarem menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos **sub alínea "b2"**, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o patrimônio líquido mínimo, referente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2. Como se pode depreender da cláusula, o edital estipula que a análise da qualificação econômico-financeira das empresas licitantes deverá ocorrer através do exame do balanço patrimonial e dos índices financeiros de comprovação de situação financeira, sendo possível - *de modo subsidiário* - a



análise através da apresentação de patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação.

3.3. É claro que a finalidade desse tipo de exigência visa aferir a idoneidade financeira das empresas licitantes que pretendem fornecer à Administração Pública. Sendo assim, **exigir que os interessados na licitação atendam a alguns métodos avaliativos para essa comprovação não representa um ato abusivo ou ilegal**, desde que o percentual seja proporcional ao objeto da licitação e seus métodos sejam eficazes, porquanto a capacidade financeira deve ser aferida de acordo com as características do certame. E não é esse o ponto que se pretende discutir na presente impugnação!

3.4. Ocorre, porém, que no entender da **FORD** a exigência de comprovação de índices de liquidez contida na cláusula está limitando a competitividade do certame, porquanto não possibilita **todas** as alternativas legalmente previstas para a comprovação da boa situação financeira através de outros métodos legalmente permitidos, podendo, inclusive, não atender aos efetivos anseios públicos e legais pretendidos e, por outro lado, acabar involuntariamente criando restrições ao processo licitatório.

3.5. É prerrogativa da administração aferir objetivamente a capacidade do futuro contratado para prevenir a adjudicação de objetos licitados a contratados sem condições de honrar os compromissos assumidos perante ela. Portanto, é correto afirmar que a Administração Pública deve tomar todas as cautelas necessárias para a contratação de empresa que reúna condições mínimas para atendimento do objeto do contrato. **Contudo a severidade com tais exigências pode levá-la a, inadvertidamente, estabelecer critérios tão rígidos e inflexíveis que conduzam a contratação de apenas um determinado produto ou empresa**

3.7 Isso porque, embora os §§ 2º e 3º<sup>4</sup> do Artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93 expressamente permitam que a análise econômico-financeira das licitantes ocorra através de exigência de índices de capital social **OU** patrimônio líquido, **apenas uma das hipóteses legais foi adotada na atual redação do instrumento convocatório.**

---

<sup>4</sup> Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

**3.6.** Nesse mesmo sentido, a Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelece as regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal. Esta norma prevê os parâmetros para a comprovação da boa situação financeira da licitante em linha com a Lei de Licitações:

---

*“Art. 22. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das fórmulas:*

*I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)*

*II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e*

*III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante)*

*Art. 24. O instrumento convocatório **deverá** prever, também, que as **empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um)**, em qualquer dos índices referidos no art. 22 desta Instrução Normativa, quando da habilitação, **deverão comprovar**, considerados os riscos para a Administração, e, **a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo**, na forma dos §§ 2º e 3º, do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação, podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, para fins de contratação.”*

---

**3.8** Em relação ao capital social mínimo ou ao patrimônio líquido mínimo, a escolha de qual será o método utilizado é de competência da autoridade competente, conforme a IN nº 02/2018. Esta exigência, inclusive, é tema de súmula do Tribunal de Contas da União, a saber:

---

*“SÚMULA TCU 275: Para fins de qualificação econômico financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.”*

---

**3.9** Em uma interpretação teleológica das normas aplicáveis, se pode concluir que todos visam permitir que Administração Pública tenha meios eficazes para verificar se a empresa vencedora do certame reúne condições financeiras para executar satisfatoriamente o objeto da licitação, evitando futuras soluções de continuidade das aquisições ou das prestações dos serviços públicos, protegendo, assim, os interesses públicos primários e secundários.

**3.10** A questão que se pretende demonstrar nesta petição é que a licitação dever ser sempre conduzida com vistas a ampliar a participação dos interessados, oportunizando de forma igualitária que os detentores de capacitação elementar à execução do objeto licitado possam concorrer para a satisfação do

interesse público, devendo, portanto, ser singela as exigências de habilitação, conforme defende o I. Professor Celso Antônio Bandeira de Mello:

---

*Descabimento de rigorismo inúteis na habilitação.*

*119. Na fase de habilitação a promotora do certame deve se abster de exigências ou rigorismo inúteis. Isto bem se entende à vista das considerações enunciadas em acórdão que, no dizer do eminente Adílson Dallari, já se tornou clássico: “Visa a concorrência pública fazer com o que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar os órgãos públicos a obtenção das coisas e serviços mais conveniente a seus interesses. Em razão deste escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da lei dever arredados. Não deve haver os trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase de habilitação deve ser de absoluta singeleza o processo licitatório. (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito Administrativo. 27.ed. São Paulo: Malheiros, 2010. Pg. 595).*

---

**3.11** Desse modo, se pode seguramente entender que a ampla possibilidade de comprovação das condições financeiras da execução satisfatório do objeto da licitação também é um direito subjetivo de todas as empresas participantes da disputa, visto que a Legislação faculta a apresentação dos dois tipos de documentações (capital social ou patrimônio líquido).

**3.12** De outra parte, é importante destacar que o capital social tem grande importância no patrimônio líquido das empresas e é suficiente a comprovar a situação financeira capaz de executar o contrato, sendo certo que observá-lo conforme determina a legislação se revela como medida extremamente relevante à competitividade pretendida pela Administração Pública.

**3.13** Mais especificamente no ramo automotivo, as montadoras historicamente investem um valor substancialmente alto em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. No entanto, é fato público e notório os efeitos financeiros que a pandemia gerou - e ainda gera - no fluxo de caixa das empresas. Esses acontecimentos refletem nos cálculos dos índices do período, o que não significa que a empresa esteja passando por incapacidade e/ou dificuldades financeiras, pois tal situação normaliza nos exercícios subsequentes, especialmente no caso de montadoras multinacionais e centenárias como a **FORD** que possui vasto potencial de recursos.

**3.14** Nesse sentido, a doutrina de Marçal Justen Filho, em sua consagrada obra, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12.ª edição, Editora Dialética, São Paulo, 2008, fls. 455, assim diz sobre orientações do Tribunal de Contas da União - TCU:

---

*A orientação restritiva do TCU: O TCU vem manifestando orientação no sentido de evitar a consagração de exigências amplas, no tocante à qualificação econômico-financeira. Assim, há decisão no sentido que apenas quando os índices do balanço patrimonial não forem iguais ou*

---

*inferiores a 1, é que a licitante deverá comprovar que possui capital social **OU** patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor da contratação. (Grifamos)*

---

**3.13.** Esse raciocínio inquestionavelmente demonstra que o intuito da Lei de Licitações é ampliar o universo de potenciais licitantes, ao admitir às empresas que não tiverem índices de liquidez ou de solvência superior a 1,0 (um) **a possibilidade de apresentarem capital social mínimo OU patrimônio líquido, nos termos da Lei 8.666/93.**

**3.14.** Ademais, também é importante destacar que a própria legislação prevê outros métodos igualmente eficazes a permitir que a Administração realize contratações de maneira totalmente segura, tais como, por exemplo, a exigência de apresentação de seguro-garantia para a execução do contrato.

**3.15.** Dessarte, os princípios que regem a atuação da Administração Pública são cristalino ao vedarem qualquer restrição ao caráter competitivo da licitação. Nessa toada, dispõe o texto constitucional, em seu Artigo 37, Inciso XXI que a administração pública obedecerá, dentre outros, os princípios da **legalidade**, impessoalidade e moralidade, assegurando, inclusive, igualdade de condições aos concorrentes.

**3.16.** Esclarecendo o princípio da legalidade imposto à Administração Pública, diz o saudoso doutrinador Hely Lopes Meirelles:

---

*Aqui fazemos menção ao Princípio da Legalidade da Administração, que preconiza pela atuação administrativa segundo a Lei, ou seja, atuação mediante a observação irrestrita das disposições contidas na Lei. Pelo Princípio da Legalidade Administrativa, “não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na Administração Particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa “Pode fazer assim”; para o administrador público “deve fazer assim” – (Direito Administrativo Brasileiro. 26ª ed. São Paulo. Malheiros Editores, 2001, pg. 82).*

---

**3.17.** Diante da previsão legal a **FORD** requer seja incluída no item b3) da Cláusula 10.1.2 a possibilidade de que análise da qualificação econômico-financeira das licitantes também possa ocorrer através do percentual de capital social.

## **4. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

**4.1.** Como é sabido e consabido na área de direito administrativo, mais especificadamente no ramo de licitações e contratos, é defeso à Administração Pública, em editais e demais ajustes, admitir e/ou tolerar cláusulas que direcionem o certame a uma empresa (ou a um grupo específico) ou que ilegalmente

restringam o seu caráter competitivo, sob pena de anulação dos atos e penalização dos responsáveis. Essa é a inteligência disposta no inciso I5, do §1º do Artigo 3º da Lei Federal n.º 8.666/1.993.

**4.2.** Nessa senda, é dever do administrador público, ao instaurar processo licitatório para quaisquer aquisições/contratações, zelar para que o certame consiga abranger o maior número possível de fornecedores/participantes, aumentando, por conseguinte, a competitividade e a possibilidade de obtenção de proposta vantajosa. Isso é decorrente do princípio da competitividade, pois a competição é exatamente a razão principal do procedimento da licitação e, assim sendo, é evidente que quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública, encontrar o melhor contratado.

**4.3.** A inclusão de cláusulas restritivas sem justificativas técnicas e/ou jurídicas que as justifiquem necessariamente conduz a uma diminuição parcial ou completa de possíveis fornecedores do objeto licitado.

**4.4.** Com a mesma importância do princípio da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa, também revela-se de grande magnitude o princípio da economicidade, que, em breve resumo, traduz a obrigação da Administração Pública em obter os melhores resultados utilizando-se do menores recursos possíveis. Assim, tolerar que um edital contenha exigência técnica que pode ser atendida por mais de uma especificação e optar pela que mais traz desvantagem aos anseios públicos, pode ser interpretada como afronta preceito Constitucional e Legal da economicidade/vantajosidade.

## 5. DOS REQUERIMENTOS

**5.1.** Em síntese, requer sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a análise do pedido de alteração do ato convocatório, a fim de que se afaste qualquer antijuridicidade que macule o procedimento que se iniciará

**5.2.** Outrossim, considerando que a sessão pública eletrônica está designada para 01/09/2022, requer, ainda, seja conferido efeito suspensivo a esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos quesitos ora apresentados. Caso assim não seja entendido, há o iminente risco de todo os procedimentos descritos no artigo 4.º da Lei 10.520/2002 serem

---

<sup>5</sup> § 1º É vedado aos agentes públicos:

(...)

comprometam, restringam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;





---

considerados inválidos, tendo em vista os todos os apontamentos amplamente defendidos.

**5.3.** Requer, caso não seja alterado o edital e/ou esclarecidos os pontos ora invocados, seja mantida a irresignação da **FORD** para eventual posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Por todo o exposto, PEDE DEFERIMENTO.

São Paulo, 26 de agosto de 2022.

**FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA**

Danilo Massini

Fone: (11) 4174-5713

E-mail: [dmassini@ford.com](mailto:dmassini@ford.com) / [bsanto66@ford.com](mailto:bsanto66@ford.com) / [jcinotti@ford.com](mailto:jcinotti@ford.com)